



**D de Democracia (II)** O Movimento das Forças Armadas que acabou com 48 anos de ditadura em Portugal traçou três objectivos fundamentais para a “Revolução dos Cravos”, os célebres três D: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Este é o segundo de quatro textos, onde procuraremos sentir o pulso do primeiro D com reflexões que vão desde o envolvimento dos jovens na política e a evolução dos partidos aos direitos sociais conquistados e à reforma do sistema político

# Lembrar para

PHILIPPE ACHACHE/GETTY IMAGES



**M**eio século é muito tempo para quem só este ano adquiriu o direito ao voto. Quando se tem 18 anos, aquele “dia inicial inteiro e limpo/ Onde emergimos da noite e do silêncio/ E livres habitamos a substância do tempo” não é mais do que um poema de Sophia, uma abstração, um pouco como as paisagens míticas com as quais crescemos a ver em documentários ou memorizar através dos manuais escolares. Há lugares materiais e imateriais que são isso mesmo: fazem parte do nosso imaginário e comportam grande peso simbólico, ao mesmo tempo que, à força de tão mencionados, acabam por se tornar inexplicavelmente distantes quando comparados com a nossa urgência quotidiana, com o aqui e agora do dia burocrático cunhado por O’Neill.

Os tempos da vida que levamos e os tempos da luta antifascista influenciam-se mutuamente, no passado, no presente e no futuro, correndo paralelos ainda que a velocidades distintas. E por isso não admira que falar do 25 de Abril a quem só recentemente começou a votar pareça hoje uma coisa longínqua e, porventura, menor à força de tão repetida a partir das referências de sempre, com palavras de ordem antigas, com os rostos que conhecemos (quando conhecemos). E, verdade seja dita, não temos sido particularmente eficazes em traduzir para as gerações que nos sucederam a relevância daquele dia sem o qual grande parte da população em Portugal não saberia sequer assinar o seu nome.

Façamos, pois, um exercício diferente,

neste momento cheio de ruído e contradição, justamente no ano em que celebramos 50 anos do fim da mais longa ditadura da Europa ocidental. Proponho que olhemos em volta, para os exemplos que temos connosco, na história familiar partilhada de geração em geração, na biografia dos afetos, nos marcos pessoais ou jurídicos que nos permitem ser quem hoje somos. Façamo-nos a pergunta fundamental: o que significou, de facto, viver estes últimos 50 anos em democracia?

Conhecemos histórias contadas por avós e pessoas para as quais o derrubar da ditadura representou o fim da fome, do analfabetismo, do medo, da doença e de uma ideia de nação em nome da qual foram cometidas as maiores atrocidades aquém e além-mar. Mas talvez não as conheçamos na autêntica dimensão do que toda essa longa História implicou no dia a dia real de pessoas autênticas. Voltemos a dedicar tempo de escuta, a conversar demoradamente com as pessoas mais velhas, as que trabalharam as terras de sol a sol, as que são do tempo em que uma sardinha alimentava seis bocas, as que deixaram a escola para servir como domésticas aos 12 anos, as que só aprenderam a ler depois de adultas, as que até hoje desconhecem o nome do pai biológico porque naquela época ninguém questionava um patrão que violasse uma empregada. Mas também as pessoas mais velhas que viram os seus livros e discos apreendidos, e as que foram outrora presas e torturadas por ousar pensar criticamente ou desafiar o poder vigente, autoritário, injusto, em cuja construção jamais participaram porque o privilégio de ditar o que era obrigatório estava reservado a uma elite não eleita democraticamente.

Com todo esse exército clandestino de pessoas a quem o tempo anterior a 1974 condenou a uma vida de total austeridade e silêncio aprenderemos a reconhecer os rostos de quem experimentou a alegria de um tempo novo, livre, em que podemos discordar sem hesitar por medo de represálias sobre nós e as pessoas que pertencem ao nosso círculo íntimo.

E aqui as mulheres adquirem um papel central, porque foram elas que ficaram no terreno, que carregaram gravidezes por vezes indesejadas e secretas, que criaram sozinhas as crianças cujos pais estavam ausentes por escolha ou por obrigação militar, que se sacrificaram sem qualquer reconhecimento posterior e ainda sem a possibilidade de participar em pé de igualdade. Já no início do século passado, Emmeline Pankhurst dizia preferir ser rebelde a ser obediente num contexto em que, perante a impossibilidade de participar na construção das leis, a única possibilidade que restava era participar na sua destruição. E por isso, em Portugal, as mulheres foram rebeldes, clandestinas, subversivas nas diferentes escalas da vida doméstica ao trabalho político. E continuam a sê-lo, resistentes e vivas, como as queremos. Oicamo-las, por exemplo, a partir da entrevista de Isabel Lucas a Maria Teresa Horta com o título oportuno “Um país fascista é uma coisa muito perigosa” e dos trabalhos extraordinários de Ana Cristina Pereira na série Mulheres de Uma Revolução (ainda) em Curso, recolhendo histórias de vida de pessoas a quem tanto a democracia destes 50 anos é devedora, vultos como Ana Campos, Aurora Rodrigues ou Manuela Tavares, entre muitas outras. E o país dos 50 anos em democracia trouxe-nos esse →

**Análise** A partir do Princípio da Igualdade da Constituição de 1976, Portugal deu início a grandes transformações sociais e culturais de que nos orgulhamos. Em vez de uma sistematização exaustiva do que já foi conseguido, a investigadora Ana Cristina Santos propõe que “olhemos em volta” e tracemos “uma biografia dos afetos” para tentar responder à pergunta fundamental: o que significou, de facto, viver estes últimos 50 anos em democracia?

Por Ana Cristina Santos

**Tanto por fazer**

Praça da Figueira, em Lisboa, um mês depois do 25 de Abril: “Até aqui chegámos. E ainda tanto por fazer”

# não esquecer

legado e todo o caminho que depois dele se fez.

Podemos falar ainda desse direito fundamental consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa: o Princípio da Igualdade. Foi este princípio, formulado em 1976 e alargado em 2004, que permitiu uma série de transformações sociais e culturais de que nos orgulhamos. Foi em nome do Princípio da Igualdade que se tornou insustentável compactuar com leis injustas que normalizavam a violência doméstica (bem sintetizada em ditados populares como “entre marido e mulher, não se mete a colher”), a violação na “coutada do macho ibérico” (incluindo no âmbito do casamento), prazos inter-nupciais diferentes para homens ou para mulheres e o aborto clandestino, ilegal e inseguro, entre outros exemplos. Com a igualdade que Abril abriu chegámos ao país em que a maternidade é um direito e uma escolha, e não um castigo divino ou uma inevitabilidade para quem não dispõe de recursos económicos que permitiam interromper noutra país e pela calada a gravidez não desejada. Se a morte materna por consequências de um aborto ilegal e inseguro é hoje coisa do passado, é justamente porque a democracia também se constrói a partir de espaços outrora confinados entre quatro paredes.

### Uma ideia de igualdade

Foi também graças ao Princípio da Igualdade que começámos a dar passos de formiga, ainda que em modo turbo, para reverter a absoluta desproteção face a comportamentos e práticas discriminatórias em relação à diversidade sexual e de género. São exemplos a criminalização da homossexualidade, diferentes idades de consentimento para relações entre pessoas do mesmo sexo e de sexo diferente, impedimentos ao casamento e à parentalidade, a violência transfóbica e, até há semanas, as chamadas “terapias” de conversão, que noutros países têm sido equiparadas a formas de tortura.

E foi também esta ideia de igualdade enquanto pedra basilar do que nos constitui como país que conduziu a alterações significativas noutras frentes de vulnerabilidade e discriminação, incluindo questões como a vida independente para pessoas deficientizadas, o direito a morrer com dignidade, direitos laborais, medidas antirracistas, escolaridade obrigatória pública e gratuita, e um serviço nacional de saúde que não se alimenta das assimetrias de classe.

Há certamente diferenças consideráveis entre a designada lei nos livros e a lei na prática. Se, por um lado, observamos um défice de monitorização e acompanhamento de leis aprovadas, o que permitiria aferir a sua eficácia e permitir ajustes que potenciasses a aplicação na prática, por outro lado temos de reconhecer que uma boa parte dos efeitos da mudança jurídica ocorre ao nível das subjetividades e dos comportamentos, um campo porventura impossível de ser medido. Muito se tem dito acerca da impossibilidade de mudar mentalidades por decreto. Mas o certo é que hoje, contrariamente ao que sucedida anteriormente, se tornou senso comum o dever de agir em situação de violência conjugal, de maus tratos a crianças, de *bullying* ou de comportamentos cruéis contra animais. Naturalizámos a reciclagem

“

*Em democracia,  
só se pode lutar por  
um país inteiro  
fazendo a luta toda,  
sem deixar*

*ninguém para trás*  
Ana Cristina  
Santos

tal como a poupança da água enquanto recurso escasso; aprendemos a agradecer e a remunerar dignamente o trabalho de quem nos torna possível a conciliação trabalho-família; conhecemos o significado da sigla LGBTI; e reconhecemos tendencialmente que a diversidade cultural é um elemento da contemporaneidade que nos enriquece.

Houve também transformações significativas quanto à produção de conhecimento científico. Desenvolveram-se novas disciplinas de saber, foi feito investimento público em infraestruturas em Unidades de Investigação e Desenvolvimento e em áreas até então desprovidas de meios, criaram-se condições para o estabelecimento de novas equipas de investigação, cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, atribuíram-se recursos a uma universidade que, em pouco tempo, conheceu um desenvolvimento e reconhecimento internacional sem precedentes.

É bom sublinhar que em diversos campos de saber a universidade portuguesa compete hoje entre as melhores, liderando equipas

internacionais e multidisciplinares, e granjeando reconhecimento entre pares além-fronteiras. Em duas das áreas de estudos mais diretamente atacadas por regimes autoritários – reporto-me aos Estudos de Género e LGBTQI+ e aos Estudos Pós-coloniais e Decoloniais –, no intervalo de oito anos, Portugal recebeu, pelo menos, cinco prémios de investigação atribuídos pelo prestigiado Conselho Europeu de Investigação, no que é comumente designado na gíria académica como os “Óscares da Investigação”. O mais recente destes – o projeto TRACE: Cidadania Queer ao Longo do Tempo –, que tenho a responsabilidade de desenvolver no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre 2023 e 2027, cruza os processos de envelhecimento com a diversidade sexual e de género no contexto do Sul da Europa, envolvendo países como Eslovénia, Grécia, Itália, Malta e Portugal.

Através deste projeto, estamos a chegar a testemunhos impressionantes acerca do que significou viver em clandestinidade por amar fora do marco jurídico autorizado e, sobretudo, o peso que esse silenciamento representou ao longo de toda uma vida, mesmo depois da descriminalização da homossexualidade, volvidos oito anos após a transição democrática. As marcas do medo e da repressão não acabam automaticamente com a mudança de regime. Pelo contrário, a opressão deixa lastro e é muitas vezes carregada como uma segunda pele que obstaculiza a uma cidadania íntima plena mesmo quando a lei há muito deixou de ser discriminatória.

Os ritmos da transformação social e cultural são também eles distintos dos tempos da justiça formal, arrastando atrás de si décadas de desconhecimento e preconceito. E, apesar de tudo isto, as pessoas LGBTQI+ acima dos 60 anos com quem temos conversado nos mais variados contextos são unânimes em reconhecer que a qualidade de vida que hoje temos é incomparavelmente melhor do que aquela de que usufruíam na sua infância ou juventude, justamente porque hoje existe respaldo jurídico e esse bem maior designado por liberdade.

### Muitas marés

Enumerar os passos que demos nestes últimos 50 anos arriscar-se-ia a tornar-se



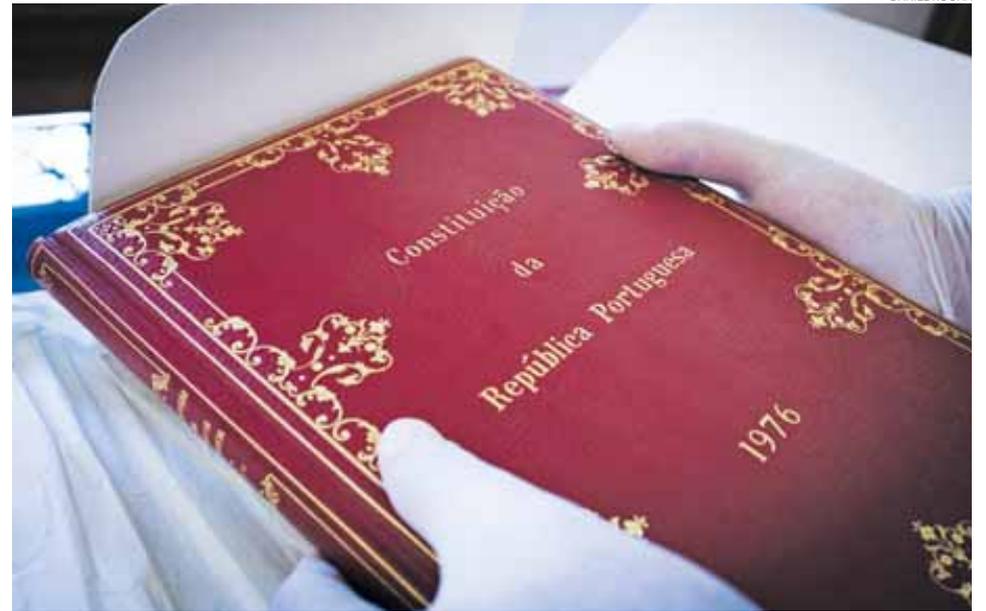
MARTIM RAMOS



MIGUEL MANSO



DANIEL ROCHA



### Lembrar

Em baixo, marcha do orgulho gay na Avenida da Liberdade, em Lisboa, em 2006, com uma manifestante a lembrar Gisberta, mulher trans assassinada no Porto, em Fevereiro do mesmo ano. Ao lado, desfile do 25 de Abril. Em cima, cópia da Constituição da República Portuguesa de 1976, no Arquivo Histórico Parlamentar

uma epopeia, inimaginável para quem desconhecesse o ponto de partida – onde estávamos e onde estamos. E fazer esse caminho não teria sido possível se nos focássemos apenas na política dos pequenos passos, um de cada vez, respeitando as tais prioridades que invariavelmente desqualificam quem sempre esteve na base da pirâmide de dignidade. E aqui evoco propositadamente a ideia de dignidade em vez de poder, porque quando Gisberta foi assassinada em 2006 num dos crimes mais hediondos da nossa história contemporânea, ela não ocupava a base da pirâmide de poder, mas fora antes empurrada para um não-lugar da mais absoluta indignidade que em boa hora a cidade do Porto decidiu reconhecer atribuindo-lhe, após anos de disputa, uma rua com o seu nome. Porque é fundamental lembrar para não esquecer.

Não foi a política do possível, dos brandos costumes, do devagar se vai ao longe, sobretudo se nos mantivermos de cabeça baixa, que nos trouxe até aqui, ao Portugal de hoje, 50 anos depois da revolução. Foram muitas marés, ações coletivas interseccionais, a indignação de quem sofre e percebe que, em democracia, só se pode lutar por um país inteiro fazendo a luta toda, sem deixar ninguém para trás. E se esse caminho percorrido nestes 50 anos pareceu lento para quem sentia as dores da injustiça de décadas, também pareceu veloz e imparável do ponto de vista do tempo histórico.

Como explicar de forma eficaz essa aparente dissonância na perceção da mudança desde 1974? E, porventura mais candente no momento que atravessamos, como tornar inteligível a quem votou pela primeira vez nestas eleições o que significa viver em democracia? Que passos estamos a dar para que a democracia continue a ser construída com e para todas as pessoas,

incluindo as que nunca experimentaram as agruras da privação de liberdade e para quem o 25 de Abril parece demasiadamente longe e dissociado das respostas concretas para problemas concretos?

Não existem fórmulas, mas existem caminhos. Precisamos de mais e melhor formação interseccional, tanto académica quanto profissional, assegurando que as áreas da igualdade e da não-discriminação constam dos *curricula* obrigatórios nas aprendizagens ao longo da vida. Precisamos de atribuir mais recursos às organizações não-governamentais que trabalham no terreno no combate diário à discriminação. Precisamos de aumentar o financiamento à investigação, garantindo que a produção do conhecimento científico continuará a ser feita com a qualidade que permite informar mais e melhores políticas sociais visando o desenvolvimento de um Estado Social robusto.

E precisamos de criar pontes entre gerações, construir plataformas de encontro e de partilhas de histórias de vida autênticas e com todas as *nuances* que se perdem quando as pessoas são reduzidas a um dado estatístico. Apenas aprendendo com o passado evitamos repetir os erros no futuro. E tudo isto tem urgência e uma pressa desmedida, apesar dos muitos muros que se erguem e perante os quais apenas a arte permite abrir caminho, por vezes numa torrente em golfadas que faz ruir o paredão; por vezes através daquela pequenina luz bruxuleante de que nos falava Jorge de Sena. E, por isso, socorro-me dos versos de uma canção de Sérgio Godinho quando diz: “Vimos com o peso do passado e da semente / Esperar tantos anos, torna tudo mais urgente/ E a sede de uma espera só se estanca na torrente/ Vivemos tantos anos a falar pela calada/ Só se pode querer tudo quando não se teve nada/ Só quer a vida cheia quem teve a vida parada.”

Até aqui chegámos. E ainda tanto por fazer. O caminho é para ser feito em frente, com passada segura, recusando qualquer tentativa de retrocesso nas conquistas árduas de quem veio antes de nós. Honrar a democracia é saber fazer a distinção entre justiça e boçalidade, dando sempre primazia à defesa inequívoca da dignidade humana e da diversidade como pilares inegociáveis das portas que Abril abriu.

**Socióloga e investigadora,  
CES-UNIV. Coimbra**